



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
APROVADA

EM 27 / 08 / 2025


Isac da Oliveira Silveira
Presidente

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
44ª LEGISLATURA
19 DE AGOSTO DE 2025

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos relacionados ao
Natal Iluminado 2024

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, às quatorze horas e dezanove minutos, o Senhor Presidente, Vereador Isac (UNIÃO BRASIL), declarou aberta a Primeira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento número 230/2025 e instituída pelo Ato número 15/2025, destinada apurar fatos relacionados à Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb). **Presentes os membros:** Breno Garibalde (REDE), Elber Batalha (PSB), Isac (UNIÃO BRASIL), Vinicius Porto (PDT). **Presentes também os Vereadores Suplentes:** Camilo Daniel (PT) e Thannata da Equoterapia (MOBILIZA). **Ausente o membro:** Miltinho Dantas (PSD), licenciado. O senhor Vereador relator Breno Garibalde (REDE) fez a leitura do Ato número 15/2025, que institui esta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos relacionados ao Natal Iluminado 2024; leu também a íntegra do Requerimento número 230/2025, que requer a criação desta Comissão, com a finalidade de “investigar as ilegalidades apontadas nos pagamentos efetuados com recursos oriundos da COSIP, relativos ao Natal Iluminado 2024 - Contrato nº 54/2024, nos exercícios financeiros de 2024 e 2025, bem como possível conflito de interesses e outras possíveis ilegalidades que venham a ser detectadas no transcurso das investigações realizadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI”. Ato contínuo, o senhor Presidente, Vereador Isac (UNIÃO BRASIL) falou do papel da CPI enquanto instrumento de minoria previsto pela Constituição Federal e voltado a realizar investigações mais aprofundadas. Sustentou que a intenção da Comissão não é criminalizar ou prejudicar a carreira de nenhum cidadão ou

agente público e, por isso, conta com a participação de membros de oposição e situação. O Vereador Vinicius Porto (PDT) pontuou que a praxe seria a eleição, dentre os membros, do presidente, vice-presidente e relator, e que surpreendeu-se com a divulgação pela imprensa dos nomes já definidos. Defendeu a escolha da mesa diretora da CPI pelos membros da comissão, mesmo diante da omissão do Regimento Interno. Pontuou também que o requerimento que dá azo à instauração desta Comissão fora rubricado por parlamentares, não sendo possível distinguir as assinaturas, enquanto o Regimento demanda expressamente a assinatura de um terço dos vereadores para instauração de CPI, e não de rubricas. O Vereador Elber Batalha (PSB) concordou com a ponderação concernente à eleição dentre os membros da comissão e lembrou a prática em outras CPIs. Ponderou, entretanto, que não assiste razão à exigência de assinaturas, que são supridas pelas rubricas, inclusive falou do procedimento adotado em outras casas legislativas. O senhor Presidente, Vereador Isac (UNIÃO BRASIL) declarou que esta Casa conta com um cartão de autógrafos de cada Parlamentar, onde constam as respectivas rubricas, e que elas são equivalentes às assinaturas. Noutro ponto, declarou que os nomes foram apontados pelos Partidos ao Presidente Ricardo Vasconcelos (PSD) e que não tem óbice à votação para eleger presidente e relator da CPI. **Submeteu então à votação a disposição de membros**, presidente e relator já definida pelo Ato número 15/2025, que foi aprovada por unanimidade. Por conseguinte, detalhou o procedimento adotado pela CPI, descrevendo a possibilidade de requerimento de convocação, requisição de informações ou documentos e realização de diligências, que serão discutidos por dez minutos pelos membros, com a palavra franqueada por cinco minutos aos Vereadores que não compõem a CPI. Abordou a definição do dia fixo, ressalvada a possibilidade de reuniões extraordinárias e a apresentação de requerimentos verbais, que serão lavrados e apreciados na reunião subsequente. **EXPEDIENTE:** Foram lidos os Requerimentos números 1/2025, 2/2025, 3/2025, 4/2025, 5/2025 e 6/2025, todos de autoria do relator, Vereador Breno Garibalde (REDE). **ORDEM DOS TRABALHOS:** Requerimento número 1/2025, de autoria do vereador Breno Garibalde (REDE), foi discutido pelo vereadores Elber Batalha (PSB), Vinicius Porto (PDT) e Thannata da Equoterapia (MOBILIZA), submetido à votação foi aprovado em votação única. Requerimento número 2/2025, de autoria do

vereador Breno Garibalde (REDE), submetido à votação foi aprovado em votação única. Requerimento número 3/2025, de autoria do vereador Breno Garibalde (REDE), submetido à votação foi aprovado em votação única. Requerimento número 4/2025, de autoria do vereador Breno Garibalde (REDE), foi discutido pelos vereadores Elber Batalha (PSB); Vinicius Porto (PDT), que foi aparteado pelo vereador Elber Batalha (PSB) e, submetido à votação, foi aprovado em votação única. Foi concedida a palavra ao Vereador Vinicius Porto (PDT) que afirmou que é natural a existência de CPIs em quaisquer casas do povo. Deixou claro que está muito bem representado pelo vereador Isac (UNIÃO BRASIL) e acredita que ele será imparcial, mas continua com o entendimento que o presidente da CPI deve ser escolhido pelos membros. Declarou que acredita que o vereador Breno Garibalde (REDE) também irá agir de forma estritamente técnica. O Vereador Elber Batalha (PSB) disse que o novo regimento foi uma evolução na história das CPIs na câmara pois no regimento anterior exigia ratificação da maioria absoluta dos vereadores, após a assinatura de um terço. Ressaltou que depois de muita discussão a justiça reconheceu que esse dispositivo era inconstitucional, pois as CPIs são um direito da minoria. O Vereador Camilo Daniel (PT) afirmou que não há espaço no parlamento e na política para ter medo de CPIs, pois é um instrumento muito importante para permitir que casas legislativas façam investigações e aumente a transparência. Disse estar satisfeito por participar desse momento, que é histórico para a política do município de Aracaju. E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou nova reunião para dia vinte e seis de agosto às quatorze horas, e declarou encerrada a reunião às quinze horas e dezoito minutos. Para constar, lavrou-se esta Ata, o inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, passarão a integrar este documento.

Palácio Graccho Cardoso, dezenove de agosto de 2025.


PRESIDENTE


RELATOR